

16. - PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2017:

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista a aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de Lançamento de Derrama a cobrar no ano de 2017:

Considerando:

- Que a Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro), na sua alínea c) do artigo 14º, consagra o produto da cobrança da derrama como uma das receitas municipais;
- Que o Artigo 18º da mesma Lei define os termos do lançamento da derrama, de que se destaca:
 - a) Que os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;
 - b) Que a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos do artº 16º, nº 2, conceder isenções totais ou parciais, relativamente a impostos e outros tributos próprios, fixando o âmbito da isenção.

Propõe-se para aprovação e submissão à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc), do nº. 1, do artigo 33º e da alínea d), do nº. 1, do artigo 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, para aprovação por este órgão deliberativo, ao abrigo da alínea b) do artigo 14º, do nº 2 do artigo 16º, e do artigo 18º. todos da Lei nº. 73/2013, de 03 de Setembro o seguinte:

1. O lançamento em 2017 de uma derrama nos seguintes moldes:

Escalão por volume de negócios	Taxa aplicável
De 0 até 150.000,00€	Isenção
Mais do que 150.000,00€	1,5%

PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2017

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista a aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de Lançamento de Derrama a cobrar no ano de 2017:

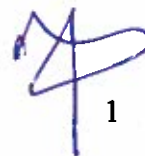
Considerando:

- Que a Lei das Finanças Locais (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro), na alínea c) do artigo 14º, consagra o produto da cobrança da derrama como uma das receitas municipais;
- Que o artigo 18º da mesma Lei define os termos do lançamento da derrama, de que se destaca:

- a) Que os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;
- b) Que a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos do artº 16, nº 2, conceder isenções totais ou parciais, relativamente a impostos e outros tributos próprios, fixando o âmbito da isenção.

Propõe-se para aprovação e submissão à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc), do nº 1 do artigo 33º e da alínea d), do nº 1, do artigo 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação por este órgão deliberativo, ao abrigo da alínea b) do artigo 14º, do nº 2 do artigo 16º e do artigo 18º, todos a Lei nº 73/2013, de 03 de setembro o seguinte:

1. O lançamento em 2017 de uma derrama nos seguintes moldes:


1

Escalão por volume de negócios	Taxa aplicável
De 0 até 150.000,00€	Isenção
Mais do que 150.000,00€	1,5%

